



Tentaram Calar Nossas Vozes: Reflexões acerca das Desapropriações do V Distrito em São João da Barra

Aline Da Silva Viana¹

Glauco Bruce Rodrigues²

Grupo de Trabalho: ST3. Transformações econômicas recentes: Crise, Indústria do Petróleo e Portos

Resumo

Esse estudo analisa as transformações e desapropriações ocorridas a partir das instalações do complexo industrial e portuário do Açu. Este, desde início, tem objetivos ligados ao capital e circulação de *commodities*. Mesmo que pensado no plano global, tal empreendimento tem uma série de efeitos no âmbito local.

Pensando esses efeitos, a análise que se pretende neste trabalho é refletir sobre as desapropriações ocorridas no V Distrito em prol da construção do Distrito Industrial de São João da Barra e as suas implicações para os desapropriados.

Foi possível entender que, desde que o projeto do complexo portuário do Açu foi anunciado, ocorreram grandes impactos socioespaciais e ambientais para a Região Norte Fluminense. Tal projeto-empreendimento ao longo do tempo foi mudando e até os dias atuais é difícil explicar realmente o que é e será o complexo industrial e portuário do Açu.

Palavras-chave: Desapropriações. Desenvolvimento. Escalas.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas- PPGDAP- UFF- e-mail: alineviana@id.uff.br

² Professor Doutor da Universidade Federal Fluminense- e-mail: glauco_bruce@id.uff.br

A Região Norte Fluminense, desde a década de 1970, vivencia a descoberta de petróleo da Plataforma Continental, e desde então, esta região sofreu mudanças socioespaciais. Dentro desta região, destacam-se Campos dos Goytacazes e São João da Barra como cidades beneficiárias de royalties do Petróleo. A partir de 2006, presenciais em São João da Barra, mais especificamente no Açu, as instalações do Complexo Logístico e Portuário do Açu, considerado maior porto da América Latina, com objetivo de atender à indústria petrolífera, ainda escoar minério de ferro do Município de Mato Dentro (MG) para o mercado internacional.

Esse complexo portuário e logístico, desde início, tem objetivos ligados ao capital e circulação de *commodities*. Mesmo que pensado no plano global, tal empreendimento tem uma série de efeitos no âmbito local.

Pensando esses efeitos, a análise que se pretende neste trabalho é a de refletir sobre as desapropriações ocorridas no V Distrito em prol da construção do Distrito Industrial de São João da Barra e as suas implicações para os desapropriados.

Ao analisar diversas reportagens, foi possível entender que, desde que o projeto do complexo portuário do Açu foi anunciado, ocorreram grandes impactos socioespaciais e ambientais para a Região Norte Fluminense. Tal projetoempreendimento, ao longo do tempo, foi mudando e, até os dias atuais, é difícil explicar realmente o que é e será o complexo portuário e industrial do Açu.

Esta falta de definição pode ser explicada pelo colapso do grupo EBX (grupo do Eike Batista), e o empreendimento passou para o domínio da empresa Prumo Logística, uma multinacional, sediada em Washington (EUA), com várias ramificações pelo mundo.

Há de se entender que o projeto previa a construção de um Distrito Industrial, entretanto, para este projeto, houve uma estratégia entre governo do Estado do RJ e Eike Batista para a desapropriação das famílias do V Distrito de suas terras.

Segundo entrevista com o professor Marcos Pedlowski, em novembro de 2015, disponível em seu blog, Eike Batista fez as tratativas com o Governo Cabral e comprou um conjunto de terras que se estima em 90km², e parte dessa área não era utilizada por ser uma área com vegetação de restinga; por outro lado, Sérgio Cabral desapropriou para o “Distrito Industrial” usando vários decretos estaduais. Foram 7.500 hectares de terras de agricultura familiar. Hoje se estipula que a Prumo Logística controla 1/3 do município de São João da Barra com esse espólio de terras adquiridas de forma privada ou herdadas via transferência pelo Estado, mas é um montante de terras em que apenas 10% destas são usadas.

Em matéria – Porto do Açu: desapropriações foram uma ação de amigos entre Eike Batista e Sérgio Cabral - publicada em 26 de janeiro de 2017 no blog do Pedlowski, há explicações para o processo de desapropriações. O professor discorre que as famílias do V Distrito de São João da Barra estavam sendo expulsas de suas pequenas propriedades em função da promulgação dos Decretos 42.675 e 42.676 (ambos do dia 28 de outubro de 2010), que desapropriaram terras pertencentes a pequenos agricultores no município de São João da Barra, para a construção do Distrito Industrial de São João da Barra.

Segundo Pedlowski, ao longo de seis anos dedicados ao acompanhamento das desapropriações determinadas pelo (des) governo Cabral - supostamente pela criação do V Distrito industrial que nem saiu do papel -, os únicos que saíram de algum lugar foram os agricultores, muitas vezes sob pesada repressão judicial e policial.

É possível entender que as famílias (agricultores humildes) foram expropriadas de suas pequenas propriedades, das quais tiravam o sustento familiar, em prol de uma lógica perversa, alegando que suas terras eram improdutivas, e colocando-as na chamada Vila da Terra.

A chamada Vila da Terra foi desenvolvida na Fazenda Palacete, mas, para participarem do reassentamento, a CODIM - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro - estabeleceu critérios. Nem todos foram reassentados. Entre os motivos, estão: ser proprietário e/ou posseiro e residente no imóvel contido no polígono decretado de utilidade pública, com propriedade inferior a 10 hectares;

famílias em condições de hipossuficiência social atingida pela implantação do Distrito Industrial de São João da Barra; e ter sido cadastrada na pesquisa socioeconômica aplicada em 2009 e atualizada entre janeiro e março de 2011.

A Vila da Terra foi uma parceria entre CODIN, Prefeitura de São João da Barra e grupo EBX por meio da LLX. Ela foi planejada para receber 90 famílias e com o objetivo de ter ruas pavimentadas, quadra poliesportiva, rede de água e esgoto, centro comercial; no entanto, o que pode ser observado por meio do trabalho de campo - promovido pelo PPGDAP - foram casas afastadas uma das outras, ruas sem pavimentação, ausência de comércios, equipamentos e transporte públicos.

É possível entender pelo documentário “Narradores do Açu” e pelas falas dos pequenos proprietários a insatisfação de serem obrigados a largarem suas propriedades. É possível ainda entender as dimensões simbólicas e culturais que cada um tem com o seu “lugar”.

A lógica perversa das desapropriações não considerou as dimensões culturais e sua história, desapropriando as pessoas de suas terras e assentando-as em um lugar do qual não há pertencimento.

As falas dos moradores são cheias de significados, pertencimento, sofrimento em relação às desapropriações.

“O sonho deles (agricultores) ... eles pensam pequeno...e são pessoas com o coração pequeno...e não dependem de dinheiro para ser feliz” (Dona Noemia)

“Eu saindo daqui não preciso viver mais... Daqui dessa terra e nasci e criei meus pais e avós” (Seu Antonio)

“Nós não sabemos como se trabalha em firma nenhuma. O negócio nosso é roça” (Reginaldo Rodrigues)

“Você ver retirar as famílias, retirar a lavoura, pessoas que produzem, que tão ali há mais de 50 anos, que ajudaram a desbravar o município, e com toda essa questão social, para onde vão essas famílias? Fala-se em agrovila, mas é tudo papo furado, é tudo conversa para boi dormir como se diz na roça, no linguajar da roça.

Porque a agrovila não dá essa quantidade de pessoas. As pessoas não querem sair de suas terras porque lá elas estão com seu imbigo plantado, lá inficado. Eles querem continuar produzindo, eles querem seu pedacinho de chão que foi conquistado. Não tem nenhum posseiro lá, só tem pessoas que são proprietários com os títulos da terra e é isso que nos deixou mais triste e mais ofendidos. Porque pessoas que não tem terra tem seu direito, que dirá nós que temos o título da terra". (Rodrigo Gomes)

"Imagina você está em uma propriedade sua- que você herdou, que você comprou...- e de repente chega duas viaturas ou às vezes até quatro com dois oficiais de justiça, advogados e chega com alicate que tem mais de um metro, mete na corrente, usa o cadeado deles, que eles puseram o nome de cadeado do diabo e você não pode mais entrar, porque se você entrar aqui de novo você vai ser processado. O estado foi feito para proteger o cidadão e aqui é completamente contrário. O Estado nos persegue, nós temos visto isso". (Dona Noemia)

"Ir para Palacete para morrer amingo. Porque saí daqui para ir pra lá é morrer amingo. Se você pegar um passarinho solto e prender, ele morre. Se você pegar o que nasceu na gaiola e soltar, ele morre". (Seu Antonio)

"Falaram que eu tenho que sair a qualquer maneira, que eu não posso ficar aqui. Eu to desapropriado. A terra que eu moro está desapropriada". (Seu Anair)

"Eu não posso ir para o Palacete porque é muito longe. Se eu for pra lá, eu posso morrer lá". (Seu Anair)

Nesse sentido, podemos analisar que este empreendimento não considerou as famílias que existiam no local. Neste caso, o Complexo Portuário do Açu tem uma série de efeitos no local. Pensar ainda que este foi ponderado em âmbito global. Atualmente, quem controla o complexo é uma multinacional com ramificações pelo

mundo. Temos uma estratégia multinacional no Norte Fluminense e não se sabe direito o que será, sabe-se apenas que gera diversos efeitos no local.

Para entender esses efeitos, é relevante quando Vainer (2001) destaca as análises da perspectiva transescalar em Neil Smith (2003). Não há como se pensar, nos dias atuais, cada processo dentro de uma escala, deve-se compreender que os processos estão dados de forma transescalar.

Tanto é que a “*escalaridade da vida cotidiana está impressa e expressa em todas as configurações escalares, desde o nosso corpo, até o internacional, passando pelo comunitário, urbano, regional* (Smith, 1993). ” (VAINER, 2001:146).

Ao analisar os processos de forma transescalar, é relevante fazer um trânsito entre as escalas, entendendo que o global está presente no nacional e no local e vice-versa. Entendendo que fazer esse trânsito gera contradições, conflitos, interesses, pois é pensar as desapropriações das pequenas propriedades no V Distrito em consequência de um empreendimento na lógica do capital global, perpassando pelas escalas.

Além de transcorrer pelas escalas, é notável que as desapropriações foram frutos de interesses de diversos grupos sob a égide do mercado, que se beneficiam do poder e da riqueza deste empreendimento.

É notável que, neste ano em questão, 2017, segundo o blog do professor Pedlowski, as questões das desapropriações foram realizadas por um acordo entre Eike Batista e Cabral, no qual o primeiro proporcionou várias propinas e benesses. Inclusive grupos internacionais também se beneficiaram dos recursos bilionários desta transação.

Neste caso, entende-se que ocorreu uma grilagem de terra promovida pelo Estado. Um terço do município pertence hoje a grupos internacionais, e isso tudo tendo o Estado como principal responsável.

Pensando nesta realidade e com a leitura em Scotto (2013), o que se entende é que se assistiu a um estado “meta regulador”, do qual a autora, com base em Boa Ventura de Sousa Santos, ressalta que é um Estado como entidade responsável por criar espaços para reguladores não estatais legítimos, em que atores econômicos poderosos detêm um grande poder de controle sobre recursos vitais essenciais.

Existe um insulamento do Estado com relação aos interesses privados, no qual o Estado e o setor privado se apresentam imbricados de forma complexa e disseminados.

Esse Estado se torna cada vez mais regulador na lógica do mercado, na lógica globalizada. É perceptível que, nessa era da informação, os processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes.

A partir dessas análises, ponderam-se alguns destaques nas leituras em Borja e Castells (2000), em que os mesmos pensam em uma sociedade em rede. Com base nestes autores, é possível refletir como o empreendimento portuário do Açu e as tecnologias se instalaram no local e o quanto transformam os lugares.

Os autores em suas análises discorrem que por meio do conjunto de transformações delineadas, entra-se em um novo tipo de sociedade que pode ser chamada de sociedade de fluxo. Uma sociedade na qual a base material de todos os processos é feita de fluxos, em que o poder e a riqueza estão organizados em redes globais, fazendo circular os fluxos de informações.

Esses fluxos são as relações assimétricas de poder expressas. Quando os autores falam do poder dos fluxos estão mostrando que as relações de poder dos fluxos financeiros, tecnológicos, de construção de imagem, de informação vão além da lógica da sociedade.

Esses fluxos têm o “poder”/capacidade de fazer com que um território seja transformado. O próprio sistema portuário do Açu tem o poder dos fluxos (desenvolve o poder dos fluxos financeiros, tecnológicos, de informação, de construção de imagem), que faz com que vários territórios tenham sua dinâmica socioespacial transformada, como as próprias desapropriações, que foram realizadas com objetivos de usar o espaço desapropriado em prol do poder e da lógica do capital.

Para Borja e Castells (2000), tanto o espaço como o tempo estão sendo metamorfoseados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais introduzidas pelo atual processo de transformação histórica.

Para eles, o poder está organizado em fluxo: o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua penetração em todas as estruturas sociais.

Se analisar, esse poder dos fluxos gera muitas transformações, não apenas espaciais, mas também sociais.

As transformações socioespaciais são visualizadas (nas desapropriações realizadas) pelo processo de segregação socioespacial da qual assenta as famílias

em um lugar distante de sua realidade, lugar em que são esvaziados de significado das histórias de vida dos atores, em detrimento da demanda dos interesses do capital. O resultado não poderia ser outro: espaços desiguais e combinados – locais, antes sem “cidadãos” (como foram vistos pela lógica do mercado), que se transformam em novos territórios destinados para a lógica do capital.

Quando se analisam as desapropriações no V Distrito de São João da Barra, presencia-se a alteração da cultura do lugar/local de uma forma imposta pelo desenvolvimento capitalista global, que perpassa pelo local de forma transescalar, entretanto, observam-se ainda formas de resistência da população, que se vê “encurralada” pela lógica perversa do capital.

Escobar (2005), em seu texto “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalidade ou pós desenvolvimento?”, apresenta uma discussão relevante para compreensão da alteração da cultura do lugar/local.

Este autor ressalta que o lugar (como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixada) permanece sendo relevante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. O autor discorre existir um sentimento de pertencimento muito importante.

Escobar (2005) traz ao diálogo a importância do lugar e da criação do lugar para a cultura, a natureza e a economia.

Há estudos que destacam que a globalização fez o lugar desaparecer, mas há estudos, pós-desenvolvimento, que discorrem que “*o lugar afirma-se em oposição ao domínio do espaço, e o não-capitalismo em oposição ao domínio do capitalismo como imaginário da vida social*”. (ESCOBAR, 2005:07)

Quando se ponderam as desapropriações, não se deve esquecer que o capital deixou de ser apenas global, o desenvolvimento capitalista vai além da escala global, e sim, num nível transescalar.

Visualiza, nas desapropriações (especificadas neste trabalho), que a cultura do local pode ser consideravelmente alterada quando o “desenvolvimento global” atinge este lugar, disseminando uma cultura globalizada. Esse local acaba recebendo investimentos (observa a presença de muitos empreendimentos antes não pensados para este território), o que gera uma série de mudanças culturais.

Por outro lado, existe, nos desapropriados do V Distrito, um grupo que, em forma de resistência, luta contra os muitos investimentos no território e as mudanças culturais promovidas por tal “desenvolvimento”.

Essas formas de resistência ativa são criadas com o objetivo de esses grupos reconstruírem e não deixarem seus modos de vida e seus lugares serem alterados por uma lógica que desconsidera o pertencimento dos sujeitos com seu lugar. Tais sujeitos tentam preservar suas identidades.

Nesse sentido, o texto de Escobar (2005) destaca que se pensar o lugar como a cultura local pode ser considerada pensar que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para pensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e a modernidade.

Escobar (2005) discorre acerca das concepções de Arf Dirlík (2000), sinalizando que este autor pondera que tem sido marginalizado nos debates sobre o local e o global, o lugar e a consciência baseada no lugar.

Para este autor, isso é lamentável porque se faz relevante pensar o lugar como central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente, e também pensar o lugar para se construir política, pensando no conhecimento e na identidade.

É lamentável como o chamado “desenvolvimento” é pensado (especificamente no caso das desapropriações), como “investimentos” e construções da Vila industrial em detrimento das desigualdades sociais e espaciais já existentes e as acentuadas a partir deste processo.

O lugar é esquecido por essa lógica perversa. Não consideram o pertencimento dos sujeitos que sempre vivenciaram seu espaço de moradia, de vivências, de construção de vínculos. Em específico, no caso do V Distrito, as famílias foram expropriadas das terras das quais tiravam seu próprio sustento.

Ao pensar o lugar, o território, a territorialidade, não se pode deixar de lado a memória, o enraizamento, o pertencimento, a identidade. O que se percebe é uma lógica de um grande empreendimento que só pensa no chamado “desenvolvimento”, que é desigual e combinado, sem considerar a dimensão simbólica, cultural.

Segundo Zhouri e Oliveira (2010), o capital não reconhece a identidade, a memória, à esfera de pertencimento no território. Território este pensado como lugar, espaço de reprodução social e esfera de pertencimento.

Para as autoras,

A mobilidade do capital desterritorializa, por um lado, ao promover deslocamentos compulsórios resultados da implantação de inúmeros projetos de desenvolvimento. Por outro lado, ela também produz localizações especialmente visíveis na concretude das estruturas (de exploração intensiva de recursos que se multiplicam nos países do Sul) as quais produzem como contrapartida a restrição de inúmeros grupos aos reassentados e seu confinamento em espaços onde permanecem ainda mais vulnerabilizados e marginalizados. O controle sobre o potencial de mobilidade e dos fluxos coincide, nesses casos, como o controle sobre os territórios. (ZHOOURI E OLIVEIRA, 2010: 05).

Isso foi bem perceptível no processo de desapropriação e reassentamento das famílias do V Distrito de São João da Barra. O capital desterritorializou e reterritorializou as famílias em um local mais distante, deixando-as mais vulnerabilizadas.

Quando existem interesses de apropriação de determinados lugares pelo capital global, o mesmo só reconhece o território como um conjunto homogêneo de propriedades ou imóveis a serem removidos. Para ele, não há trabalhadores ou moradores, existem apenas proprietários. E, nestes termos, o deslocamento da população se resume e se resolve por meio de uma infinidade de ações individualista de compra e venda.

Assim também ocorreu no V Distrito em São João da Barra, em que o Capital global não pensou no território em seu sentido simbólico e sim em desenvolver seu projeto através da desapropriação da população que ali habitava.

Toda esta problemática experienciada pelas populações que tinham nas suas propriedades o seu “lócus”, o seu espaço vivido, deixa marcada em sua trajetória de vida a perda de identidades conjuntamente à perda do território. É a partir do território que o homem estabelece vínculos de pertencimento com o lugar, com a comunidade de que é parte nas mais diferentes dinâmicas do cotidiano. Deste modo, conforme (Haesbaert, 2010), o homem necessita do seu território, seja de cariz material, seja simbólico. O território de cada indivíduo é o que melhor o identifica, dado que é o território que ajuda e condiciona a construção da identidade de cada indivíduo. O homem necessita do seu território, do seu espaço e de criar vínculos e ligações com ele.

O lugar/território foi tomado de forma perversa em prol de um “desenvolvimento” desigual, não considerando o valor cultural de cada família que

residia neste lugar. As famílias foram reassentadas em um território sem significado para elas, tudo por acordos bilionários entre o (des) governo Cabral e o Eike Batista.

Como entender essa lógica perversa em que o governo do Estado do RJ expropria, toma posse na emissão provisória, repassa esse espólio de terra para um grupo privado e depois vende em um contrato de compra e venda sem licitação?

O sentido dessa lógica é passar por cima das histórias, memórias, enraizamento, pertencimento das famílias (agricultores humildes), tornando-os expropriados.

Todavia, é possível romper essa lógica pelos movimentos que se organizam e lutam para derrubar as perversidades do capital.

Destarte, nesse sentido, que é preciso ter resistência e espaços para lutar contra a lógica do capital. Nas análises de Escobar, “existe uma esperança de que poderiam chegar a construir novas bases para a existência e rearticulações significativas de subjetividade e alteridade em suas dimensões econômicas, culturais e ideológicas”. (ESCOBAR, 2005:13)

Há, nesse contexto todo, a esperança de uma luta que ainda não se findou. E as reflexões que por esses territórios novos cenários serão criados.

Referências

ALVARENGA, F. M. **Os deserdados do desenvolvimento:** o caso da implantação do Complexo Portuário e Industrial do Açu e seus impactos sócio-territoriais. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Pós-graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013. Disponível em: <<http://uenf.br/pos-graduacao/politicas-sociais/files/2015/06/FELIPE-MEDEIROS-ALVARENGA.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017, 21:56h.

BLOG do Pedlowski. Disponível em:
<<https://blogdopedlowski.com/?s=desapropria%C3%A7%C3%B5es>>

BORJA, J.; CASTELLS, M. Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información. México: Taurus, 2000. (Introducción general, Cap. 1 y 2)

DOCUMENTÁRIO Narradores do Açu. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=RA9h2AKG1Sc>>. Acesso em: 09 jan. de 2017, 17:05h.

ESCOBAR, Arturo. O lugar na natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, n. 3, jan.-jun, 2010.

SCOTTO, Gabriela. Estados Nacionais, Conflitos Ambientais e Mineração na América Latina. Letras Verdes. **Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales**, n. 14, p. 95-11, sep. 2013.

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001. Rio de Janeiro. **Anais...** p. 140-151.

ZHOURI, A. ; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-462.